

1. CONTEXTO INSTITUCIONAL

O Serviço Social da Indústria – SESI (a “Entidade” ou “SESI/CE”) é uma instituição de Direito Privado, sem fins lucrativos, criado pela Confederação Nacional da Indústria – CNI, a 1º de julho de 1946, consoante ao Decreto - lei nº 9.403, de 25 de junho do mesmo ano, regulamentada através do Decreto nº 57.375, de 02 de dezembro de 1962, alterado pelo Decreto nº 6.637, de 05 de novembro de 2008, tem por escopo estudar, planejar e executar iniciativas em prol da melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores da indústria e atividades semelhantes, bem como de seus dependentes, colaborando com a melhoria do padrão de vida no país, e, bem assim, para o aperfeiçoamento moral e cívico, e o desenvolvimento do espírito da solidariedade entre as classes.

O SESI Departamento Regional do Ceará, matriz, está localizado na Av. Barão de Studart, 1980, 2º Andar, Fortaleza, Ceará, e tem por objetivo:

- a) a alfabetização do trabalhador e seus dependentes;
- a) educação de base;
- b) educação para a economia;
- c) educação para a saúde (física, mental e emocional);
- d) educação familiar;
- e) educação moral e cívica; e
- f) educação comunitária, de acordo com o Art. 5º de seu Regulamento.

A Entidade tem como principais fontes de receita, as contribuições compulsórias, previstas no Artigo 3º, Decreto-Lei nº 9.403 de 25 de junho de 1946, recolhidas mensalmente pelas empresas enquadradas no segmento industrial. A arrecadação dessas contribuições ocorre de forma direta, quando o industrial recolhe diretamente ao Departamento Regional, ou de forma indireta, através da guia de recolhimento da Contribuição Previdenciária ou guia do E-Social, paga à Receita Federal.

1.1 Impactos da pandemia provocados pela COVID-19

A pandemia do novo coronavírus - declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2020 – trouxe implicações no cenário mercadológico também em 2021, apesar dos avanços da vacinação.

Desse modo, em 2021, o SESI deu continuidade às ações para contribuir com a sociedade e minimizar os impactos da pandemia, como a doação de respiradores ao Governo Estadual, doação de máscaras, cestas básicas e fraldas, transporte de idosos para vacinação, e cessão de espaço das unidades do SESI para posto de vacinação, em parceria com prefeituras do Ceará.

A seguir, os principais impactos da pandemia nas operações do SESI/CE, bem como as medidas tomadas para atenuar os efeitos da pandemia:

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)**

▪ **Da arrecadação compulsória e auxílios**

Em 2020, algumas ações impactaram diretamente na receita de arrecadação do SESI/CE: a redução em 50% da arrecadação, conforme Medida Provisória nº 932/2020, bem como o aumento da alíquota sobre a arrecadação indireta de 3,5% para 7%, ambos por um período de três meses.

Já em 2021, a alíquota se manteve em 3,5%, e apesar do cenário de incertezas, observou-se um panorama positivo acerca das empresas contribuintes do SESI/CE, mesmo tendo observado em 2021 a permanência de alguns fatores identificados em 2020, sendo eles: fatores acerca da inadimplência como pagamento em atraso da arrecadação direta, inclusive de empresas, cujas dívidas já haviam sido parceladas, necessitando em alguns casos de novas negociações; e redução de contratação de serviços por parte das empresas no que tange à utilização do saldo de retenção (3,5%) de 2019 e 2020 do Termo de Cooperação Técnica e Financeira (TCTF), ocasionando, assim, um número maior de empresas com saldo a devolver em 2021.

Diante disso, a Entidade, seguindo diretrizes do Departamento Nacional, efetuou ações de gerenciamento de arrecadação no enfrentamento da COVID-19, de forma a minimizar os impactos, como por exemplo: ações alinhadas às orientações da Receita Federal, possibilitando elasticidade de prazos nas defesas administrativas e recursos aos Conselhos nos processos de fiscalização da Entidade e cobrança dos débitos notificados no ano de 2020, bem como plantão de dúvidas e de orientações aos contribuintes acerca da utilização do saldo de retenção com serviços e itens no combate à COVID-19.

▪ **Contratos com clientes**

No que diz respeito aos contratos firmados com clientes, verificou-se um montante de aproximadamente 6.000 contratos cancelados da linha de serviços da Promoção da Saúde do SESI, gerando assim, créditos proporcionais para os alunos. Com isto, evitou-se o faturamento e a cobrança de títulos indevidos, mantendo a carteira de clientes. Como ação de resiliência destaca-se o recebimento de contratos de pessoa jurídica com assinaturas digitais para maior agilidade, como parte do processo de transformação digital.

Durante a Pandemia foram realizadas alterações contratuais solicitadas por clientes - pessoas jurídicas - para contemplar as adversidades trazidas pelo contexto econômico vigente. Os ajustes tinham como objetivo preservar a relação contratual e permitir melhor adaptação das empresas/clientes à nova realidade econômica e de isolamento social.

A inadimplência de pessoa física em relação ao faturamento, durante o período da pandemia, teve um aumento de 1,32% ante 0,46% de pessoa jurídica. Foram realizadas ações de renegociação que geraram uma maior flexibilização de prazos, como a Campanha de Negociação deflagrada no período de novembro e dezembro de 2021, abatendo juros e multas e aplicando descontos na linha de serviço de Educação, dentre outros.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Foi implantada uma célula de cobrança e negociação, com módulo de ERP exclusivo, buscando restaurar e negociar a posição creditícia dos clientes da Entidade, colaborando e entendendo a situação de dificuldade econômica geradas pela pandemia. A política de cobrança sofreu alterações e não foram ativados os inadimplentes em órgãos de proteção de crédito.

▪ **Investimentos e aplicações financeiras**

Com a continuidade da pandemia, a queda de mais de 8% da bolsa de valores, juros altos e a inflação subindo, 2021 foi um ano com muitos desafios, caracterizado pela consolidação do PIX, lançado em novembro de 2020. A Selic começou a escalar novamente, no Brasil, para conter a também escalada inflacionária. Como reflexo de todo o contexto macroeconômico e da política monetária, os investimentos em renda fixa melhoram sua rentabilidade e diminuíram o espaçamento diante da maior adversidade daqueles de renda variável. Assim, o SESI/CE manteve os investimentos concentrados nos Fundos Exclusivos no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal, com rentabilidade acumulada nos últimos 12 meses, variando entre 4,71% a 4,85%.

▪ **Receitas de convênios e projetos**

Devido à pandemia e ao isolamento social, algumas atividades dos projetos ficaram suspensas, tendo alguns valores repassados pelo Departamento Nacional não sido utilizados no período para a aquisição de produtos e serviços. Entretanto, não houve registro de projetos com entregas em atraso nem projetos descontinuados.

Acerca dos projetos no enfrentamento da COVID-19, compreendem: Projeto para Manejo Clínico da COVID-19 com foco na atenção primária à Saúde, e Adequação de serviços de atenção primária à saúde com foco em fatores de risco para agravos e sequelas da Covid-19. Já em relação aos projetos que sofreram reformulações, destacam-se o Plano de Aplicação Subvenção Extraordinária 2021; Desenvolvimento de serviços de tecnologia (*webservices* e exporta dados) com o Sistem S+ para os Departamentos Regionais; e SWAM - *Safety Work Analytical Monitoring*. Em suma, dos vinte projetos vigentes na carteira de 2021, dois foram direcionados para enfrentamento da COVID-19 e três foram replanejados.

Ademais, diversas ações foram realizadas e divulgadas em relação aos projetos no enfrentamento da COVID-19. Por exemplo: atendimento por meio teleconsultas no SESI Clínica; campanha Cadastro Solidário – Unidades do SESI/CE como postos de cadastramento e vacinação; doação de máscaras para casas de abrigos e hospitais; agendamento de transporte para vacinação de idosos; lançamento de estudos sobre o impacto do trabalho em casa na saúde e no bem-estar durante a pandemia de COVID-19; oferta de testes rápidos (*swab* nasal) para detecção do vírus; participação em eventos sobre saúde mental, e prevenção de riscos ergonômicos dos colaboradores na pandemia; divulgação de dados em tempo real sobre situação da pandemia no Brasil, através da plataforma SESI Viva+; realização de *Lives* de atividades físicas semanalmente, desde o início da pandemia, pelo canal do SESI/CE; e promoção de ações educativas em empresas para prevenção à COVID-19.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

▪ **Aquisições e contratos com fornecedores**

Não houve contratos cancelados nem que sofreram alterações por conta da pandemia. Apesar de pequenos atrasos pontuais, visto à escassez de material, os prazos finais de entrega não foram comprometidos.

Acerca da quantidade de licitações, houve um aumento de 147%, em relação a 2020. A quantidade de itens negociados pela área de compras e licitações acompanhou esse salto e obteve um aumento de 65,95% em relação ao ano anterior. Cabe destacar que o aumento da demanda não é exclusividade do Sistema FIEC, o mercado brasileiro como um todo sentiu um aumento de demanda que havia ficado represada em 2020. Esse aumento contribuiu para um recorde nos índices de inflação que criou um desafio para a área de compras e suprimentos do SESI/CE acerca do atingimento do indicador de *saving*, dificultando as negociações de renovações de contratos que já estavam vigentes.

▪ **Custos com pessoal e encargos**

Acerca dos impactos da pandemia na relação trabalhista, houve adoção, em acordo coletivo, do regime de trabalho *home office*, podendo ser alternado com o presencial, dependendo da necessidade, compreendendo assim, o regime híbrido.

Já em relação à ajuda de custo, foi concedido ao colaborador a ajuda de custo para àqueles que trabalharam sob regime *home office*, de forma integral ou por escala, conforme estipulado em acordo coletivo de trabalho, como forma de amenizar as despesas com internet e energia, por exemplo.

▪ **Impostos e Contribuições**

O SESI/CE, nos termos dos artigos 12 e 13 da Lei 2.613, de 23 de setembro de 1955, na condição de prestadora de serviços sociais autônomos, goza de imunidade tributária em relação aos impostos federais, estaduais e municipais.

No que se refere à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a Entidade não apura lucro, portanto, não está sujeita às regras da Lei nº 7.689/88, art.1º e 2º, Lei nº 10.833/2003 e IN RFB 1.234/2012, art.4º, inciso VI.

A contribuição para o PIS/PASEP é calculada sobre a folha de salários, de acordo com o Decreto nº 4.524, de 17 de dezembro de 2002, artigo 9º, inciso VI. Conforme Incisos I e II, art.46 deste decreto, as entidades relacionadas no artigo 9º - inseridos os serviços sociais autônomos - não contribuem para o PIS/PASEP sobre faturamento e são isentas da COFINS.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Em relação aos impostos retidos sobre notas de fornecedores, houve um aumento de 49,16% acerca da retenção, em relação a 2020, ocasionado pelo fato de algumas contratações não terem ocorrido (total ou parcial) naquele ano, ocasionando uma elevação nos impostos em 2021.

▪ **Processos judiciais**

Em 2021, houve uma redução acerca dos processos judiciais. Entretanto, segundo a área jurídica do SESI/CE, importante destacar que os depósitos judiciais não possuem relação direta com processos cuja causa foi a pandemia, tratando-se de ações já em andamento.

Cabe destacar que, desde o início da pandemia, não houve processos trabalhistas relacionados com tal causa. Existe um trabalho muito forte preventivo que é feito a fim de mitigar os possíveis riscos jurídicos. Dessa forma, considerando que até o momento, não tivemos causas trabalhistas relacionadas à pandemia, considerando a atuação preventiva do jurídico, não se vislumbra variação significativa futura do contencioso.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), especificamente aquelas aplicáveis às Entidades regidas pela Lei 4.320/64 e Normas Contábeis aplicadas ao Setor Público (NBCs TSP), em consonância com a Lei 11.638/07, bem como atendendo à padronização do Plano de Contas e Manual de padronização do Sistema Indústria, aprovado pelo Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria.

As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

2.1. Base de preparação

Declaração de conformidade

De acordo com o que dispõe o artigo 39, letra c, do Regulamento do SESI, aprovado pelo Decreto 53.375, de 02 de dezembro de 1965, atualizado pelo Decreto nº 6.637, de 08 de novembro de 2008, o Processo de Prestação de Contas do Departamento Regional do SESI será examinado pela Comissão de Contas do Conselho Regional que se manifestará através de parecer e, posteriormente, será apreciada e votada pelo plenário do Conselho Regional em reunião específica obedecendo os prazos regimentais.

A Administração da “Entidade” autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis em 02 de fevereiro de 2022.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto determinados instrumentos financeiros que foram mensurados pelo seu valor justo.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da entidade exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação de suas políticas contábeis.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, cujos resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Entidade adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações contábeis e seus efeitos referem-se a:

- (a) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (Nota nº 4) - Esses valores são estimados com base no levantamento de títulos vencidos a mais de 180 dias, bem como os títulos destes clientes que possuem uma estimativa de perda prospectiva, considerando um possível não recebimento, conforme orienta o CPC 48 – Instrumentos financeiros;
- (b) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa – arrecadação direta (Nota nº 5) – Valores estimados pelo valor da causa, com base no tipo de risco “provável”;
- (c) Determinação das taxas de depreciação do Ativo Imobilizado (Nota nº 9); e
- (d) Provisão para riscos processuais (Nota nº 17).

2.4. Moeda funcional

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da entidade. As informações financeiras estão evidenciadas de forma arredondadas para milhares de Reais, com exceção quando indicado de outra forma.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades do SESI/CE estão representadas por saldos em caixa, contas bancárias disponíveis e aplicações financeiras com liquidez imediata, em montante sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)**

2.6. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes referem-se aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços, principalmente, na área de educação, saúde e segurança do trabalho do SESI/CE.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da entidade), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

2.7. Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa – PECLD

As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa das contas a receber são constituídas com base nos títulos vencidos a mais de 180 dias, conforme preceitua o “CPC SI – Provisão de Devedores Duvidosos de Clientes”, a partir de uma análise individual dos vencimentos dos títulos. A entidade passou a estimar também os títulos destes clientes que ainda não estão vencidos, porém existe uma perspectiva de perda, conforme preceitua o CPC 48 – instrumentos financeiros.

2.8. Adiantamentos

Adiantamentos relacionados a salários, férias, 13º salário, adiantamentos a fornecedores e demais adiantamentos para realização de despesas de pagamento imediato.

2.9. Departamento conta movimento

Representam as operações financeiras entre o SESI/CE e os Departamentos Nacional e Regionais da mesma Entidade.

2.10. Receitas a receber - Receitas de contribuições

Os valores são reconhecidos pelo regime de competência, provenientes da contribuição compulsória de 1,5% sobre a folha de pagamento das empresas industriais, recolhida de forma direta através de convênio de arrecadação firmado diretamente com o SESI-CE, ou indiretamente via GPS ou Guia e-social e repassadas ao SESI.

2.11. Outras receitas a receber (circulante e não circulante)

São demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.12. Contas correntes ativas e passivas

Valores correspondentes a operações que constituem direitos ou obrigações realizadas junto aos centros de atividades, colaboradores ou terceiros.

2.13. Estoques

Os estoques são compostos de materiais utilizados para consumo, bem como materiais didáticos utilizados nos cursos prestados pela entidade. São mensurados pelo valor de custo médio de aquisição que não supera o valor de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando do seu consumo ou perecimento.

2.14. Despesas antecipadas

Valores pagos pela contratação de licenças, que são apropriados mensalmente nas contas de resultado, observando o período de vigência do contrato.

2.15. Depósitos para recursos judiciais

Depósitos efetuados em contas bancárias por ordem judicial, registrados pelo seu valor original.

2.16. Imobilizado

Os bens imóveis e móveis estão mensurados pelo seu custo de aquisição ou construção.

Todos os bens da Entidade estão registrados pelo seu valor recuperável, de acordo com o CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos. Em 2018, a entidade efetuou o *Impairment test*, e no exercício de 2021, apesar da pandemia de COVID-19, a administração avaliou não haver mudanças significativas que justificassem nova aplicação do teste de recuperabilidade.

A Entidade submete-se à Norma Geral de Patrimônio NPSG nº. 2014001 de 07/04/2014 do Sistema FIEC, em consonância também com as Normas Brasileiras de Contabilidade, aplicadas ao setor público, NBC TSP 07.

Em relação à depreciação, os terrenos e os bens cedidos não são depreciáveis. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear a taxas anuais, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada para o exercício corrente.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Taxa média ponderada anual
Prédios	2%
Mobiliário em geral	10%
Máquinas e equipamentos em geral	10% - 25%
Equipamentos esportivos e artísticos	10%
Equipamentos médicos, cirúrgicos, odontológicos e laboratoriais	10% - 25%
Instrumentos musicais	10%
Equipamentos de informática	25%
Veículos	10% - 20%

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.17. Intangível

A entidade registra os gastos com aquisição de *software*, amortizados pelo método linear, ao longo de sua vida útil estimada, e os gastos associados à manutenção são reconhecidos como despesas quando incorridos.

A entidade não identificou ao final do exercício indícios de redução nos valores de recuperação dos intangíveis, não havendo, portanto, a necessidade de aplicação do *impairment test*.

A vida útil dos bens intangíveis foi revisada, permanecendo o prazo anteriormente adotado, bem como a taxa anual para amortização dos bens intangíveis, conforme segue:

	Taxa média ponderada anual
Softwares	25%

2.18. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante, reconhecidas inicialmente pelo seu valor justo. Geralmente, são reconhecidas pelo valor da fatura correspondente.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.19. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante as parcelas vincendas no prazo do exercício social (12 meses), e o restante do saldo devedor é classificado no passivo não circulante. Em 31 de Dezembro de 2021, a instituição mantinha empréstimos apenas com o Departamento Nacional - o Fundo de Reserva Financeira (FRF) - que sofreu impactos em relação à pandemia de COVID-19, conforme nota 15.

2.20. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada, resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são revisadas mensalmente, e ajustadas quando necessário.

2.21. Benefícios a funcionários

(a) Participação nos resultados

A Instituição no exercício de 2017, aprovou junto ao Conselho Regional, o programa de participação nos lucros e resultados, com base em estudo feito por empresa de consultoria contratada. Tais participações são devidas, caso sejam atendidos alguns critérios de resultado global das entidades do Sistema FIEC, índice de liquidez compatível por entidade, bem como atingimento de metas de execução de receitas e despesas. Para o exercício de 2021, a entidade não distribuiu participação nos lucros, pois os indicadores não foram atingidos.

2.22. Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, e atende aos seguintes critérios, de acordo com o CPC 47 – Receita de contratos com cliente:

- (a) quando as partes do contrato aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;
- (b) quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos;
- (c) quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

(d) quando o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato); e

(e) quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, a entidade deve considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor da contraprestação quando devido. O valor da contraprestação à qual a entidade tem direito pode ser inferior ao preço declarado no contrato se a contraprestação for variável, pois a entidade pode oferecer ao cliente uma redução de preço.

A Entidade atende aos critérios definidos pelo normativo, e contabiliza as receitas de acordo com a execução dos serviços prestados.

As receitas orçamentárias são constituídas pelas receitas correntes (da atividade própria) e receitas de capital.

- (a) Receitas correntes:** compostas pelas receitas de contribuições (arrecadação compulsória direta e indireta); receitas patrimoniais (aluguéis e rendimentos de valores mobiliários); receitas de serviços (saúde, educacional, lazer e consultoria); outras receitas correntes (patrocínios e receitas financeiras) e transferências correntes (subvenções e auxílios, apoios financeiros, receitas de projetos e incentivo à produção).
- (b) Receitas de capital:** receitas relacionadas à alienação de bens, apropriações de recursos financeiros destinados a atender às despesas com investimentos, inversões financeiras e transferências de capital (subvenções e auxílios).

Em relação às despesas, compreendem os gastos realizados pelo SESI-CE na manutenção de suas atividades, identificadas como despesas correntes e despesas de capital, conforme segue:

- (a) Despesas correntes:** correspondem aos gastos necessários para manutenção das atividades da Entidade. Composta pelas despesas com pessoal e encargos, ocupação e utilidades, transportes e viagens, serviços de terceiros, despesas financeiras, impostos e contribuições, e despesas diversas; e as transferências correntes (transferências regulamentares e auxílios a terceiros).
- (b) Despesas de capital:** gastos incorridos e provisões classificáveis como investimentos com bens móveis e imóveis, inversões financeiras e transferências de capital (amortização da dívida).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.23. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

- **Reconhecimento inicial e mensuração:** os ativos financeiros da Entidade são mensurados inicialmente pelo valor justo. Os ativos financeiros compreendem caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, receitas a receber e departamento conta movimento. Na data do balanço, os ativos financeiros são avaliados para identificação da recuperabilidade de ativos.
- **Mensuração subsequente:** após mensuração inicial, os ativos financeiros são divulgados ao custo amortizado, sendo utilizado o método de juros efetivos.

b) Passivos financeiros

- **Reconhecimento inicial e mensuração:** os passivos financeiros da Entidade compreendem contas a pagar, fornecedores, empréstimos, financiamentos e convênios e acordos. Os passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo.
- **Mensuração subsequente:** após reconhecimento inicial, os empréstimos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Os empréstimos são mensurados inicialmente pelo valor justo, e classificados como passivo circulante e não circulante, de acordo com o período de amortização total da transação.

3. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	2021	2020
Caixa	5.049,76	8.648,17
Banco conta movimento	178.110,97	191.097,05
Aplicações financeiras	128.367.876,86	116.728.475,62
Total	128.551.037,59	116.928.220,84

As aplicações financeiras estão representadas por certificados de depósitos bancários e títulos emitidos e comprometidos pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. CONTAS A RECEBER

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Cientes	4.815.497,06	3.525.697,37
Subtotal	4.815.497,06	3.525.697,37
(-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa de clientes	(1.929.774,03)	(1.354.301,58)
Subtotal	(1.929.774,03)	(1.354.301,58)
Total	<u>2.885.723,03</u>	<u>2.171.395,79</u>

A Entidade registra a perda estimada para créditos de liquidação duvidosa após análise individualizada dos clientes, considerando os títulos vencidos acima de 180 dias, bem como é estimada a perda prospectiva dos títulos a vencer destes clientes, conforme orienta o “CPC - SI (Sistema Indústria) - Provisão de Devedores Duvidosos de Clientes” e CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

5. RECEITAS A RECEBER E OUTROS CRÉDITOS E VALORES

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>Ativo Circulante</u>		
Arrecadação indireta	3.273.309,90	3.069.840,96
Subvenção especial	640.779,51	617.690,89
Subvenção ordinária	507.883,83	490.328,97
Apropriação sobre 13º salário - Subvenção especial	355.548,92	278.689,35
Apropriação sobre 13º salário - Subvenção ordinária	302.275,17	242.627,54
Apropriação sobre 13º salário - arrecadação indireta	2.089.583,35	1.621.472,75
Convênios arrecadação direta	468.882,04	795.409,09
Subtotal	<u>7.638.262,72</u>	<u>7.116.059,55</u>
<u>Ativo Não Circulante</u>		
Receitas a receber – arrecadação direta	4.452.939,21	3.582.221,54
Outros créditos – parcelamento arrecadação direta	-	391.137,36
Outros créditos – licenças de softwares	-	688.404,72

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Subtotal	4.452.939,21	4.661.763,62
(-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa da arrecadação direta	(4.214.758,29)	(3.582.221,54)
Total	7.876.443,64	8.195.601,63

Os valores correspondentes à perda estimada no recebimento dos valores a receber da arrecadação direta foram efetuadas de acordo com a probabilidade de êxito da ação definida pela Gerência Jurídica do Sistema FIEC.

6. OUTRAS RECEITAS A REBER

<u>Ativo Circulante</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Outras receitas a receber - aluguéis	601.341,99	771.250,04
Subtotal	601.341,99	771.250,04
(-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa de outras receitas a receber – aluguéis	(29.011,37)	(677.047,77)
Subtotal	(29.011,37)	(677.047,77)
Total	572.330,62	94.202,27

Valores correspondentes aos aluguéis a receber de três imóveis locados para duas prefeituras e para um órgão do Estado. A perda estimada referente a esses valores foi lançada observando o mesmo critério adotado para os Clientes PF e PJ.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. SISTEMA INDÚSTRIA CONTA MOVIMENTO

	2021	2020
<u>Ativo Circulante</u>		
Conta Movimento SENAI	217.591,70	70.617,84
Conta Movimento FIEC	613.620,00	613.620,00
Conta Movimento IEL	-	104,13
Total	831.211,70	684.341,97
<u>Passivo Circulante</u>		
Conta Movimento SENAI	62.919,39	140,00
Conta Movimento SESI/SENAI Sobral	45.361,70	2.841,95
Conta Movimento FIEC	434.742,11	242.947,82
Conta Movimento IEL	92.552,76	43.997,20
Conta Movimento CONDOMÍNIO	-	2.931,17
Total	635.575,96	292.858,14

Estas rubricas referem-se às transações acerca das contribuições e despesas corporativas entre partes relacionadas, registros esses, das operações de contas correntes entre os Departamentos Regionais e o Departamento Nacional da mesma "Entidade".

8. ESTOQUE

	2021	2020
Produtos para consumo e materiais didáticos	864.464,05	718.106,40
Total	864.464,05	718.106,40

O estoque é pulverizado e substancialmente composto por materiais de consumo a serem utilizados na prestação de serviços da entidade, bem como para uso administrativo.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. IMOBILIZADO

Todos os bens da Entidade estão registrados pelo seu valor recuperável, de acordo com o CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos. Em 2018, a Entidade efetuou o *impairment test*, e no exercício de 2021, apesar da pandemia de COVID-19, a administração não identificou ao final do exercício indícios de redução nos valores de recuperação dos ativos imobilizados.

	Custo	Depreciação Acumulada	Perda por <i>Impairment</i>	Líquido	
				2021	2020
Terrenos	13.898.253,71	-	(20.770,82)	13.877.482,89	13.696.502,51
Imóveis	83.017.864,15	(12.869.182,20)	(2.998.438,37)	67.150.243,58	64.850.241,71
Construções em Andamento	2.848.307,02	-	-	2.848.307,02	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.273.310,19	(194.773,04)	-	1.078.537,15	1.062.234,26
Veículos	4.524.481,24	(4.473.731,37)	-	50.749,87	211.081,20
Mobiliário em geral	4.127.095,94	(2.178.992,73)	(300.524,59)	1.647.578,62	1.023.075,39
Máquinas e equipamentos	6.806.588,40	(2.991.480,32)	(294.537,78)	3.520.570,30	2.557.577,67
Equipamentos de informática	7.739.780,39	(5.281.611,32)	(378.718,47)	2.079.450,60	2.004.058,33
Equip. médicos, cirúrgicos e odont.	3.877.802,59	(3.145.623,37)	(102.939,28)	629.239,94	926.449,44
Equip. esportivos, art. e de recreação	1.804.022,98	(880.054,03)	(6.297,57)	917.671,38	848.376,14
Instrumentos musicais	11.705,91	(6.889,79)	(111,62)	4.704,50	5.429,30
Total	129.929.212,52	(32.022.338,17)	(4.102.338,50)	93.804.535,85	87.185.025,95

A seguir, apresenta-se a movimentação do imobilizado no exercício:

	2020	Adições	Baixas	Depreciação	Reversão de <i>Impairment</i>	2021
Terrenos	13.696.502,51	180.980,38	-	-	-	13.877.482,89
Imóveis	64.850.241,71	3.999.261,02	-	(1.699.259,15)	-	67.150.243,58
Construções em Andamento	-	2.848.307,02	-	-	-	2.848.307,02
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.062.234,26	41.355,53	-	(25.052,64)	-	1.078.537,15
Veículos	211.081,20	-	(470,00)	(159.861,33)	-	50.749,87
Mobiliário em geral	1.023.075,39	927.872,15	(246.015,73)	(57.353,19)	-	1.647.578,62
Máquinas e equipamentos	2.557.577,67	1.463.676,81	(564.594,83)	63.910,65	-	3.520.570,30
Equipamentos de informática	2.004.058,33	804.936,76	(920.007,00)	170.652,51	19.810,00	2.079.450,60
Equip. médicos, cirúrgicos e odont.	926.449,44	43.947,24	(493.044,55)	151.887,81	-	629.239,94
Equip. esportivos, art. e de recreação	848.376,14	195.342,09	(32.216,08)	(93.830,77)	-	917.671,38
Instrumentos musicais	5.429,30	-	(12.071,00)	11.346,20	-	4.704,50
Total	87.185.025,95	10.505.679,00	(2.268.419,19)	(1.637.559,91)	19.810,00	93.804.535,85

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. INTANGÍVEL

A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

	Custo	Amortização Acumulada	Perda por <i>Impairment</i>	Líquido	
				2021	2020
Softwares	836.650,55	(721.851,47)	(92.674,12)	22.124,96	27.004,09
Total	836.650,55	(721.851,47)	(92.674,12)	22.124,96	27.004,09

A seguir, apresenta-se a movimentação do intangível no exercício:

	2020	Amortização	20201
Softwares	27.004,09	(4.879,13)	22.124,96
Total	27.004,09	(4.879,13)	22.124,96

11. PROCESSOS JUDICIAIS ATIVOS – ATIVO CONTINGENTE

Conforme Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 25 e Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o ativo contingente não deve ser reconhecido, porém, quando for **“provável”** a entrada de benefícios econômicos, o mesmo deve ser divulgado, conforme item 34 do CPC 25. O SESI/CE possui processos na condição de autor junto à Justiça Estadual e Justiça Federal, com probabilidade de êxito **“provável”**, cabendo a divulgação desses valores:

	2021	2020
Justiça Estadual	506.094,40	528.994,64
Justiça Federal (SESI, SENAI, FIEC, IEL e Condomínio x Fazenda Nacional - Revisão de base de cálculo de contribuições previdenciárias. Valor divulgado apenas relativo ao SESI)	3.876.491,06	3.876.491,06
Total	4.382.585,46	4.405.485,70

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo, apresenta-se a movimentação no exercício dos processos com probabilidade de êxito provável:

	<u>2020</u>	<u>Baixas</u>	<u>2021</u>
Justiça Estadual	528.994,64	(22.900,24)	506.094,40
Justiça Federal (SESI, SENAI, FIEC, IEL e Condomínio x Fazenda Nacional - Revisão de base de cálculo de contribuições previdenciárias. Valor divulgado apenas relativo ao SESI)	3.876.491,06	-	3.876.491,06
Total	<u>4.405.485,70</u>	<u>(22.900,24)</u>	<u>4.382.585,46</u>

12. FORNECEDORES A PAGAR

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fornecedores - Pessoa Física	2.323,36	644,50
Fornecedores - Pessoa Jurídica	2.032.799,15	3.635.375,95
Total	<u>2.035.122,51</u>	<u>3.636.020,45</u>

13. OBRIGAÇÕES FISCAIS, TRABALHISTAS E SOCIAIS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Salários e encargos sociais	1.264.050,13	1.278.576,74
Férias e encargos sociais	3.194.322,37	3.013.118,27
IRRF a recolher	362.024,54	367.466,50
ISS a recolher	127.900,28	70.207,48
CSLL/PIS/COFINS a recolher	229.013,86	92.467,86
Total	<u>5.177.311,18</u>	<u>4.821.836,85</u>

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. CONVÊNIOS – ARRECADAÇÃO DIRETA

Referente aos valores devidos pelo Departamento Regional ao Departamento Nacional, correspondente à 25% das arrecadações recebidas mensalmente das empresas conveniadas:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Convênios arrecadação direta	2.643.279,36	2.525.866,10
Total	<u>2.643.279,36</u>	<u>2.525.866,10</u>

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O empréstimo ativo junto ao Departamento Nacional, denominado de Fundo de Reserva Financeira (FRF), de número 0277, é resultante de uma renegociação (empréstimo nº 000148) realizada no exercício de 2020, em função da pandemia da COVID-19.

Os recursos são provenientes do fundo de reserva constituído entre os regionais, com base na Resolução SESI 01/2012, com a finalidade de suprir os departamentos regionais de recursos financeiros para implementação de projetos específicos, alinhados à estratégia do Departamento Nacional.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>Passivo Circulante</u>		
Empréstimo FRF NR-0277	-	586.740,82
Total	<u>-</u>	<u>586.740,82</u>

16. CONVÊNIOS

Valores correspondentes aos projetos e convênios firmados com o Departamento Nacional e demais entidades, que não efetuaram as prestações de contas na sua totalidade até o fim do exercício social (31/12/2021), sendo o registro das receitas apropriadas de acordo com a realização da despesa correspondente ao andamento dos projetos.

Os impactos em relação aos projetos, por conta da pandemia de COVID-19, estão citados no tópico 1.1.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
PJ SISTEMA DE GESTÃO ESCOLAR		168.923,79
PJ 258878 REDE IDENT. DEM. INT. ESTADO		1.072,27
PJ 306158 ADEQ. INFRAESTRUTURA SEG. INFORM.		164.734,45
PJ FACA-SE LUZ		150.000,00
PJ 329604 SWAM SAFETY WORK ANALYTICAL MO		93.334,00
PJ 328527 SISTEMAS DE PROTEÇÃO COLETIVA		63.000,00
PJ 329462 GESTÃO DE PROCESSOS SSI (BPM		13.026,05
PJ 329413 WEBSERVICES E EXPORTA DADOS S+		40.000,00
PJ 330830 TRANSF.DIGITAL IMPLEMENT. MRP	242.352,00	
PJ 330973 PJ ORG INFRA TI OPER SESI +	75.652,77	
PJ 330975 CAPACIT FUNCIONALIDADES SESI +	25.629,22	
PJ 331427 TRANSF. DIGITAL MUDANCA ORG.SF	475.141,90	
PJ GAMIFICACAO	500.000,00	
Total	<u>1.318.755,89</u>	<u>694.090,56</u>

17. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS

A entidade é parte em diversos processos judiciais. As provisões são constituídas para os riscos tributários, cíveis e trabalhistas referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação do setor Jurídico da instituição. A Administração acredita que essas provisões para riscos processuais estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis.

17.1 Composição das provisões

As provisões estão constituídas com base na avaliação da Gerência Jurídica da instituição, para processos com possibilidade de perda **“Provável”**. As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estão assim representadas:

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Justiça Trabalhista	481.277,74	634.627,74
Justiça Trabalhista (Processo trabalhista contra o SFIEC. Provisão na entidade de origem do colaborador - SESI)	-	52.221,23
Justiça Estadual	6.833,00	6.833,00
Total	<u>488.110,74</u>	<u>693.681,97</u>

Segue abaixo a movimentação em 2021 dos processos judiciais que tiveram baixa, inclusão ou alteração de valor de causa:

	2020	Adições	Baixas	2021
Justiça Trabalhistas	634.627,74	110.991,17	264.341,17	481.277,74
Justiça Trabalhista (Processo trabalhista contra todas as casas. Provisão na casa de origem do colaborador)	52.221,23	118.619,38	170.840,61	-
Justiça Estadual	6.833,00	-	-	6.833,00
Total	<u>693.681,97</u>	<u>229.610,55</u>	<u>435.181,78</u>	<u>488.110,74</u>

17.2 Passivo Contingente

A entidade é ré em ações de natureza trabalhista, cíveis e tributárias, onde existe uma “Possível” probabilidade de perda, e tais valores não são provisionados, conforme NBC TG 25, este Passivo Contingente deve ser divulgado, como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Justiça Federal - (Cíveis, SESI e SENAI)	91.100,00	11.100,00
Justiça Estadual - (Tributário e Cíveis)	81.699,70	81.699,70
Total	<u>172.799,70</u>	<u>92.799,70</u>

Abaixo, apresenta-se a movimentação no exercício dos processos judiciais com perda possível, passivo contingente que tiveram baixa, inclusão ou alteração de valor de causa:

	2020	Adições	2021
Justiça Federal - (Cíveis, SESI e SENAI)	11.100,00	80.000,00	91.100,00
Justiça Estadual - (Tributário e Cíveis)	81.699,70	-	81.699,70
Total	<u>92.799,70</u>	<u>80.000,00</u>	<u>172.799,70</u>

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. PATRIMÔNIO SOCIAL

O valor de R\$ 223.511.769,46 (duzentos e vinte três milhões, quinhentos e onze mil, setecentos e sessenta e nove reais e quarente e seis centavos), representa a situação patrimonial da entidade, posição em 31 de dezembro de 2021, cujo incremento em relação ao exercício anterior se deve ao superávit apurado que foi de R\$ 21.098.188,17 (vinte e um milhões, noventa e oito mil, cento e oitenta e oito reais e dezessete centavos) como segue demonstrado a seguir:

	2021
Superávit orçamentário 2021	14.516.267,78
(+) Variações patrimoniais ativas	
Resultante de execução orçamentária	10.024.492,21
Independente de execução orçamentária	2.557.522,95
Variações financeiras	1.326.938,50
Subtotal	28.425.221,44
(-) Variações patrimoniais passivas	
Independente de execução orçamentária	(5.967.384,39)
Variações financeiras	(1.359.648,88)
Subtotal	(7.327.033,27)
Total	21.098.188,17

A seguir, apresenta-se a composição do patrimônio social:

	2021	2020
Patrimônio social acumulado	202.413.581,29	191.032.406,11
Adicionado ao exercício	21.098.188,17	11.381.175,18
Total	223.511.769,46	202.413.581,29

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Execução Orçamentária do exercício está demonstrada a seguir em conformidade com o disposto na Lei nº 4.320/64 (gestão orçamentária), apresentando os seguintes resultados:

	Dotação	Realização
Receitas correntes	118.207.737,05	124.407.105,46
Receitas de capital	5.573.398,67	2.560.626,08
Total	123.781.135,72	126.967.731,54

	Dotação	Realização
Despesas correntes	112.376.995,66	101.836.212,40
Despesas de capital	11.404.140,06	10.615.251,36
Total	123.781.135,72	112.451.463,76

Ainda, em relação aos valores arrecadados e gastos pela entidade no exercício de 2021, verificou-se a seguinte participação das principais receitas e despesas, de forma comparativa com o exercício anterior.

	2021	2020
Receitas		
Contribuições (a)	74.544.003,26	59.195.823,04
Financeiras (b)	6.167.373,62	4.015.755,31
Serviços	18.338.305,16	13.701.465,30
Outras receitas correntes (c)	2.916.817,53	2.234.945,26
Subvenções e auxílios regul./regimentais (d)	12.220.880,92	9.805.429,44
Apoios financeiros (e)	10.219.724,97	7.534.651,24
Receitas de capital (f)	2.560.626,08	3.703.672,85
Total	126.967.731,54	100.191.742,44

	2021	2020
Despesas		
Pessoal e encargos sociais	54.872.876,75	46.758.135,15
Ocupação e utilidades	4.543.386,67	3.758.969,95
Material de consumo	3.512.827,68	1.874.401,50
Transportes e viagens	220.888,24	234.942,24
Serviços de terceiros (g)	27.501.924,87	20.565.028,48
Outras despesas correntes	1.254.523,57	1.652.261,65
Despesas financeiras	270.564,96	363.826,74
Impostos, taxas e contribuições	448.511,58	377.943,23

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
Despesas diversas (h)	2.427.620,17	1.935.344,51
Contrib./transf. regul./regimentais (i)	6.760.512,91	5.237.166,94
Contrib. associativas e filiação	22.575,00	23.400,00
Despesas de capital	10.615.251,36	8.671.905,85
Total	112.451.463,76	91.453.326,24

(a) Receitas de contribuições: compostas pelas arrecadações direta e indireta.

	2021	2021
Contribuição compulsória direta	34.582.054,85	28.335.957,95
Contribuição compulsória indireta	39.961.948,41	30.859.865,09
Total	74.544.003,26	59.195.823,04

(b) Receitas financeiras.

	2021	2020
Aluguéis	794.258,11	913.307,08
Rendimentos de aplicação financeira	5.373.115,51	3.102.448,23
Total	6.167.373,62	4.015.755,31

(c) Outras receitas correntes: correspondem aos valores recebidos a título de recuperação de despesas, indenizações e restituições e receitas financeiras (juros e multas).

	2021	2020
Recuperação de despesas	1.719.826,43	1.769.928,55
Receitas financeiras	183.165,47	180.678,46
Indenizações e restituições	1.013.825,63	284.338,25
Total	2.916.817,53	2.234.945,26

(d) Subvenções e auxílios regulamentares e regimentais são valores referentes às subvenções especiais e ordinárias, repassadas pelo Departamento Nacional, calculados com base nos valores arrecadados da contribuição compulsória indireta.

	2021	2020
Auxílio mínimo/subvenções ordinárias	5.591.819,56	4.542.914,97
Subvenções especiais	6.629.061,36	5.262.514,47
Total	12.220.880,92	9.805.429,44

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

(e) Apoios financeiros: valores apropriados no resultado relativos aos projetos estratégicos e apoios para eventos, modernização da gestão, bem como valores recebidos do Departamento Nacional a título de incentivo à produção, os quais são destinados a atender a manutenção e ampliação de programas de atendimento à indústria e trabalhadores.

	2021	2020
Feiras e eventos	-	70.000,00
Modernização da gestão	-	15.741,03
Projetos estratégicos	7.829.645,39	1.942.774,51
Emergenciais	-	3.558.000,00
Incentivo à produção	2.390.079,58	1.948.135,70
Total	10.219.724,97	7.534.651,24

(f) Receitas de Capital: neste grupo constam as receitas de alienação de bens móveis, que são vendidos através de leilão público, bem como as receitas de subvenções extraordinárias, recebidas do Departamento Nacional, e o valor correspondente às operações de crédito aportadas no exercício.

	2021	2020
Operações de crédito internas (FRF)	-	1.546.661,96
Alienação de bens móveis	-	19.200,00
Subvenções extraordinárias	2.560.626,08	2.137.810,89
Total	2.560.626,08	3.703.672,85

(g) Serviços de terceiros:

	2021	2020
Traduções	6.346,68	810,00
Assessoria e consultoria	2.467.398,12	1.324.378,78
Auditoria	51.103,32	45.079,92
Informática	1.827.338,90	1.078.755,89
Médicos e laboratoriais	3.046.427,47	3.482.052,85
Odontológicos	23.463,00	52.154,97
Publicidade e propaganda	2.487.429,84	1.118.544,30
Promoções e eventos	145.936,92	63.986,56
Técnicos e educação profissional	226.177,96	954,60
Serviços de limpeza e conservação	3.350.612,62	2.652.184,20
Manutenção e reparo de bens	2.316.353,12	1.458.810,70

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
móveis/imóveis		
Segurança e vigilância	2.865.610,41	2.613.111,79
Locação de máquinas e equipamentos	310.300,77	204.014,98
Locação de veículos	215.985,51	212.614,74
Assinatura de periódicos anuidade	34.107,11	-
Seguros	255.080,04	53.830,16
Serviços gráficos, cópias e reproduções	1.081.018,83	123.023,56
Serviços de comunicação em geral	2.180.376,97	864.299,60
Técnico especializado	10.421,52	2.100.789,09
Frete e transporte de encomendas	1.560.620,80	10.941,20
Reversão de contrib. Indústria	106.072,87	1.283.148,31
Transportes urbanos	903.330,00	53.469,46
Patrocínios	84,90	462.700,00
Despesas com alimentação	88748,59	363,76
Treinamentos e ações de capacitação	1.937.299,88	46.440,00
Aquisição de direitos de uso	4.278,72	1.258.141,21
Outros serviços de terceiros	6.346,68	427,85
Total	27.501.924,87	20.565.028,48

(h) Despesas diversas:

	2021	2020
Arrecadação indireta	1.398.668,21	1.224.246,00
Judiciais, cartoriais e editais	83.596,25	5.317,09
Representação e integração	701,90	1.901,39
Jetons	41.800,38	41.213,27
Provisão de devedores duvidosos	902.492,18	661.174,85
Pedágio e estacionamento	361,25	1.491,91
Total	2.427.620,17	1.935.344,51

(i) Contribuições e transferências regulamentares e regimentais:

	2021	2020
Contribuição FIEC	5.334.602,98	4.143.707,61
Contribuição IEL	1.425.909,93	1.093.459,33
Total	6.760.512,91	5.237.166,94

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. BALANÇO FINANCEIRO

Os recursos da Entidade estão demonstrados através do Balanço Financeiro, que obedece ao modelo da Lei nº 4.320/64, evidenciando os valores recebidos, as despesas pagas e as disponibilidades financeiras iniciais e finais, conforme demonstrado:

	<u>2021</u>
Saldo do exercício anterior	116.928.320,84
(+) Recursos recebidos	
Receitas orçamentárias	126.967.731,54
Receitas extra orçamentárias	3.763.068,54
Variações patrimoniais ativas	1.326.938,50
Subtotal	132.057.738,58
(-) Aplicações de recursos	
Despesas orçamentárias	(112.451.463,76)
Despesas extra orçamentárias	(6.623.909,19)
Variações patrimoniais passivas	(1.359.648,88)
Subtotal	(120.435.021,83)
Total	128.551.037,59
Superávit do exercício	11.622.716,75

21. SEGUROS

Os bens da Entidade estão segurados por valores que a Administração considerou suficientes para cobertura dos eventuais riscos. A especificação por modalidade de risco e a importância segurada das principais apólices, de acordo com os corretores de seguros contratados pela “Entidade”, está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade do seguro</u>	<u>Vigência</u>	<u>Importância segurada</u>
BENS IMÓVEIS (INCÊNDIO/RAIO/EXPLOSAO)	21/09/2021 até 21/09/2022	76.069.150,66
BENS IMÓVEIS (VENDAVAL/FURACÃO/CICLONE/CHUVA)	21/09/2021 até 21/09/2022	8.743.000,00
BENS IMÓVEIS (DANOS ELÉTRICOS)	21/09/2021 até 21/09/2022	2.846.111,00
BENS IMÓVEIS (EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS)	21/09/2021 até	1.750.000,00

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Modalidade do seguro	Vigência	Importância segurada
BENS IMÓVEIS (RESPONSABILIDADE CIVIL)	21/09/2022 21/09/2021 até 21/09/2022	7.143.000,00
BENS IMÓVEIS (DESMORONAMENTO)	21/09/2021 até 21/09/2022	3.200.000,00
VEÍCULO (DANOS MATERIAIS A TERCEIROS)	29/08/2021 até 29/08/2022	550.000,00
VEÍCULO (DANOS MATERIAIS A TERCEIROS)	29/08/2021 até 29/08/2022	550.000,00
Total		100.851.261,66

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Administração da Entidade avaliou possíveis eventos subsequentes à luz das normas vigentes e entende que não existem fatos a serem divulgados que possam ter impacto sobre os demonstrativos contábeis.

* * *

Ana Paula Nobre de Lucena Wolter
Gerente de Contabilidade interina
CRC-CE 021610/O-6

José Ricardo Montenegro Cavalcante
Diretor Regional do SESI – DR/CE



Este documento foi assinado digitalmente por Jose Ricardo Montenegro Cavalcante, Paulo Andre De Castro Holanda e Ana Paula Nobre De Lucena Wolter.

Este documento foi assinado digitalmente por Jose Ricardo Montenegro Cavalcante, Paulo Andre De Castro Holanda e Ana Paula Nobre De Lucena Wolter.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código D863-AD79-4237-C202.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://sfiec.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código D863-AD79-4237-C202.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Sistema FIEC. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://sfiec.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/D863-AD79-4237-C202> ou vá até o site <https://sfiec.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: D863-AD79-4237-C202



Hash do Documento

10A8FF7DEC3F076B6E637F3629EBEAB6C8FEE86C912B4C827937EF599D6C575D

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 09/02/2022 é(são) :

- JOSE RICARDO MONTENEGRO CAVALCANTE (DIRETOR REGIONAL DO SESI) - 167.375.633-68 em 09/02/2022 05:41 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- PAULO ANDRE DE CASTRO HOLANDA (SUPERINTENDENTE REGIONAL SESI) - 314.802.683-72 em 08/02/2022 18:33 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- ANA PAULA NOBRE DE LUCENA WOLTER (GERENTE DE CONTABILIDADE INTERINA) - 072.199.444-03 em 08/02/2022 12:02 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital